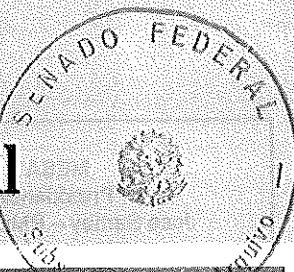


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - N° 138

TERÇA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p><b>MESA</b></p> <p><b>Presidente</b> José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b> Levy Dias – PPB – MS</p> <p><b>4º Secretário</b> Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b></p> <p><b>Corregedor</b> (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p><b>Corregedores – Substitutos</b> (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lício Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omellas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arnuda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francolino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sérgio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líder</b> Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líder</b> Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b></p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b></p> <p><b>Líder</b> Júnia Marise</p> <p><b>Vice-Líder</b> Sebastião Rocha</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b></p> <p><b>Líder</b> Ademir Andrade</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b></p> <p><b>Líder</b> Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSL</b></p> <p><b>Líder</b> Romeu Tuma</p>
---	---	--

<p><b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>CLAUDIONOR MOURA NUNES</b> Diretor Executivo do Cegraf</p> <p><b>JÚLIO WERNER PEDROSA</b> Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p><b>EXPEDIENTE</b></p> <p><b>RAIMUNDO CARREIRO SILVA</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>MANOEL MENDES ROCHA</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>DENISE ORTEGA DE BAERE</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b></p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 26ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE JULHO DE 1996</b>	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Mensagem do Senhor Presidente da República	
Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:	
Nº 203, de 1996 (nº 701/96, na origem), de 25 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1996 (nº 1.087/95, na Casa de origem), que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, sancionado e transformado na Lei nº 9.297, de 25 de julho de 1996.....	
1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 507/96, de 15 de julho do corrente, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 397, de 1996, de informações, do Senador Lúcio Alcântara.	
Nº 612/96, de 12 de julho do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 547, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.....	
1.2.3 – Comunicações da Presidência	
Término de prazo sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projeto de Lei do Senado nº 31 e 32, de 1996, aprovados conclusivamente pela Comissão de Assuntos Econômicos..	
À Câmara dos Deputados.	
Recebimento do Ofício nº S/73, de 1996, (nº 2.281/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão, sobre solicitação da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro (RS), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oito centavos, no âmbito do Programa Pró-Moradia, destinada à execução de projetos de moradia para população de baixa renda.....	
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR BERNARDO CABRAL – Necessidade da adoção de medidas antidumping para salvaguardar o setor têxtil brasileiro, diante da competitividade internacional.....	
SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupações com a aprovação pelo Congresso Na-	
cional de projeto de lei que concede incentivos fiscais às indústrias automobilísticas que se instalarem no Nordeste. Veto do Governador Mário Covas a incentivos exagerados a novas indústrias naquele Estado.....	13325
SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Encaminhando à Mesa requerimento de informações, solicitando esclarecimentos ao Ministro da Justiça sobre notícia veiculada na Folha de S. Paulo, edição de 18 do corrente, intitulada "PF desenvolve projeto paralelo ao Sivam".....	13326
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Elogios às realizações do Governo do Distrito Federal: Desafios do Governo Cristóvam Buarque na reestruturação da saúde pública.....	13327
SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Acidentes de trânsito. Atuação do Movimento de Combate à Violência no Trânsito, em Pernambuco.....	13330
SENADOR EDUARDO SUPlicy – Encaminhando à Mesa, requerimento de informações ao Ministro da Fazenda sobre a liberação de tarifas bancárias autorizadas pelo Banco Central.....	13331
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Registrando o envio de expediente ao Ministro da Justiça e outras autoridades, contra a música "Veja os Cabelos Dela", do cantor Tiririca, para que responda por crime de racismo.....	13336
1.2.5 – Requerimento	
Nº 734, de 1996, de autoria do Senador Josaphat Marinho, solicitando ao Ministro da Justiça informações que menciona.....	13339
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 20ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 23 de julho de 1996 e publicada no DSF do dia subsequente.....	13340
3 – MESA DIRETORA	
4 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	
5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

## Ata da 26<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 29 de julho de 1996

### 2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Extraordinária, da 50<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Suplicy e da Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva*

*(Inicia-se a sessão às 14h30min)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### **EXPEDIENTE**

#### **MENSAGEM**

#### **DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

*Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado;*

Nº 203, de 1996 (nº 701/96, na origem), de 25 de julho do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1996 (nº 1.087/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, sancionado e transformado na Lei nº 9.297, de 25 de julho de 1996.

#### **AVISOS**

#### **DE MINISTRO DE ESTADO**

Nº 507/96; de 15 de julho de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 397, de 1996, de informações, do Senador Lúcio Alcântara.

As informações encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Nº 612/96, de 12 de julho de 1996, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 547, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - O expediente lido vai à publicação.

Esgotou-se na sexta-feira última o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que

tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências; e

- Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição.

As matérias foram aprovadas em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Os projetos vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/73, de 1996 (nº 2.281/96, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão, sobre solicitação da Prefeitura Municipal de Novo Barreiro (RS), para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oito centavos, no âmbito do Programa Pró-Moradia, destinada à execução de projetos de moradia para a população de baixa renda.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por 20 minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Senadora, Srs. Senadores, vez por outra se comenta, aqui e acolá, sobre a indústria têxtil, havendo opiniões nos mais diversos sentidos. Tenho tido a cautela de não abordar matéria sobre a qual não disponho de dados que envolvam o assunto. Por essa razão, obtive de dois especialistas na matéria, Drs. Ricardo Botelho e João Abujamra, o

seguinte dado, que é muito expressivo: temos 18.400 empresas têxteis e de confecção, poucas são modernas e muitas já ultrapassadas, a ponto de se tornar um refrão de que esse setor têxtil/confecção não dispõe de competitividade para enfrentar os produtos estrangeiros.

Acontece que 70% dessas empresas são micro ou pequenas, mas é a cadeia têxtil/confecção a maior empregadora do País, com cerca de 1 milhão e 900 pessoas no ano passado. Chamo a atenção dos eminentes Senadores para este número expressivo: 1 milhão e 900 mil pessoas em 1995. Ainda no ano passado, o faturamento global foi estimado em U\$23 bilhões, sendo o mercado brasileiro o sexto maior consumidor de têxteis do mundo. Esse comércio mundial de produtos de têxteis movimentou, só em 1994 - pasmem os Srs. Senadores -, a cifra de U\$194 bilhões, cabendo à China o lugar de líder dos países exportadores, seguida da Itália, Alemanha e Coréia.

Aqui cabe destacar uma análise do porquê do avanço da China. Três pontos são essenciais para marcar esse avanço. Primeiro, os baixos custos de mão-de-obra; segundo, a isenção para importação de matérias-primas e maquinário; terceiro, uma política de subsídios estatais.

No Brasil, a situação é outra. Ao abrir a sua economia, a fim de participar de globalização, este País procedeu, com relação à indústria têxtil, sem uma política industrial adequada e com uma política econômica desorientada. Assim, as alíquotas de importação de produtos têxteis foram reduzidas de forma drástica em curto espaço de tempo. Para os tecidos e confeccionados, houve uma redução, em 1986, de 105% para 18% e 20%, respectivamente, em janeiro de 1995.

Adicione-se um outro erro da política de comércio exterior, qual seja o de não terem sido adotadas, com a cautela que se impunha, as medidas de salvaguarda antidumping, sem o que sempre é arriscado providenciar abertura de mercado. O resultado apresentado, no ano passado, pelo setor têxtil foi a eliminação de cerca de 100 mil empregos.

Cabe assinalar que, nos países industrializados e em vias de desenvolvimento, a modernização e a reestruturação da indústria têxtil conta com políticas de comércio internacional e industriais ativas, beneficiando as tarifas com alíquotas acima da média das respectivas indústrias.

Ademais, a Europa e os Estados Unidos vêm-se valendo, há muitos anos, de uma política de cotas para conter o avanço asiático. No Brasil, entre os fatores

que influem mais diretamente na determinação da falta de competitividade da indústria, destacam-se a falta de disponibilidade e as condições de financiamento.

Destarte, será sempre necessário destacar que a indústria brasileira tem como competir, desde que a ela se dê igualdade de condições. Por exemplo: se o nosso País tem os maiores juros internos do planeta e o câmbio sobrevalorizado, como competir contra uma mercadoria que é vendida a 270-360 dias com juros de 6% ao ano?

Se em todos os países do Primeiro Mundo são adotadas salvaguardas para o setor têxtil, porque no Brasil são aumentados e comentados diariamente casos de subfaturamento, como de importações de calças jeans a US\$1,50 a unidade e camisas de algodão a US\$25 a dúzia? Chamo a atenção do Senado para o fato de que esse é um dado estarrecedor. Como é que a nossa indústria pode competir com esse tipo de subfaturamento e com a importação de calças jeans a US\$1,50 a unidade e camisas de algodão a US\$25 dólares a dúzia? E, digo mais, estamos importando - e a Zona Franca de Manaus já sofre isso na pele - fitas cassetes por R\$0,25 que é o preço de um bombom chamado "bala garoto". E, mais: Já se vende bicicleta a R\$70,00.

Ora, Sr. Presidente, creio que devem existir distorções quanto às questões ligadas à indústria têxtil. Não tenho dúvida disso. Sobretudo a possibilidade vislumbrada pelos concorrentes externos de participar do único mercado disponível de 155 milhões de consumidores do mundo.

Ora, o que nós não estamos prestando atenção é no fato de que somos aqui uma presa fácil a esse capital estrangeiro que, se não for fiscalizado, causará danos profundos à nossa indústria têxtil, sobretudo, Sr. Presidente, no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, que é, sem dúvida nenhuma, um dos reconhecidos nessa matéria.

Bem ressaltam os Drs. Ricardo Botelho e João Abujamra - fontes que inspiraram e contribuíram para esta minha manifestação - o seguinte:

"O Brasil é um mercado disponível, bem regulamentado, livre e com poder aquisitivo crescente."

Sr. Presidente, não será desestimulando o empresário brasileiro que venceremos a batalha do setor têxtil. Infelizmente, essa é a realidade.

A Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL - Pois não, nobre Senadora Benedita da Silva.

**A Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva** - Senador Bernardo Cabral, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e considero de extrema relevância o tema abordado. Sabemos da contribuição que a indústria têxtil tem dado à economia do País e não poderia ficar calada, já que essa é uma das vocações econômicas do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Exatamente.

**A Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva** - E o meu Estado tem sofrido com as irregularidades que vêm acontecendo. No ano passado, houve um grande encontro nacional, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Têxtil, em que foram apresentadas as dificuldades e reivindicações daquele setor. O número de desempregados já atingiu a casa dos 3 milhões e continuava havendo o fechamento de fábricas e mais demissões. E já naquele momento as preocupações centravam-se na necessidade de eliminar o prazo de financiamento das importações. Outras preocupações diziam respeito ao dumping, ao superfaturamento - como bem disse V. Ex<sup>a</sup> -, aos subsídios e aos salários miseráveis, tudo isso contribuindo para que as dificuldades aumentassem na área. Mesmo diante desse quadro, chegamos à conclusão de que a indústria têxtil tem saída: é rentável, o País tem vocação e precisa acreditar. Não podemos submeter nossas empresas a essa concorrência injusta, não é possível que se venda uma calça jeans a R\$1 - e agora não mais US\$1, porque ele já está ultrapassando o Real. Estamos comparados ao mercado chinês, porque quem vai à China sabe que vai comprar sedas, pérolas e outras coisas, a um preço muito baixo, evidentemente, porque existe uma exploração da mão-de-obra. Ela é baratinha e isso faz com que o mercado interno produza para exportar a esse preço. Portanto, o que estamos buscando - e V. Ex<sup>a</sup> traz com grande preocupação e merece o apoio de todos nós - é a criação de uma política setorial têxtil capaz de promover esse desenvolvimento, sustentando todos esses setores que entendemos ter uma lacuna a ser preenchida. Por isso, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela brilhante intervenção e pelo assunto pertinente que, como sempre, brilhantemente, traz à tribuna.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Benedita da Silva, a sua contribuição não só enriquece o meu pronunciamento, como coloca no ponto nodal dessa controvérsia uma solução.

Nenhum de nós é contra a competitividade, ao contrário, o que queremos é estimulá-la. Mas não é com esse tipo de dumping que vamos enriquecer

nossas indústrias. Temos um exemplo no meu Estado onde a indústria da juta foi por água abaixo quando se começou a importar da Índia - foi um desastre total.

Nos Estados Unidos há o **American Buy Act** que regulamenta, através de quotas, o problema dos chamados produtos estrangeiros que podem causar danos à indústria local. Lembro-me - e isso ainda é recente - quando o Presidente da **Chrysler**, grande fabricante de automóveis, o Sr. Lee Iacocca, dizia que se os Estados Unidos não tivessem cuidado, em alguns anos, a importação aberta dos mercados japoneses criaria problemas à indústria automobilística, como de fato criou. Se não houvesse uma forma de se levantar de todo, a indústria teria socorrido.

Chega uma hora em que se caminha para o dumping e não se tem como evitá-lo. Vejam o que está havendo com o caso da Feira do Paraguai, que toda a Bancada do Amazonas denunciou, além de produtos subfaturados e por onde e como eles escoam.

**O Sr. Jefferson Péres** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** - Veja, Senador Bernardo Cabral, o Brasil é o país do oito ou oitenta. Tínhamos, até cinco anos atrás, o que os economistas chamam de uma economia cartorial, fechada ou semi-fechada, altamente protecionista, que assegurava a tranquila reserva de mercado para cartórios econômicos. E o que é curioso: às vezes até cartórios de empresas estrangeiras, como o caso dos automóveis - quatro grandes montadoras, não se podia importar, elas não se modernizavam, os preços eram altíssimos - eram donos do mercado brasileiro. E nós, numa visão equivocada, protegímos esses cartórios. Fez-se a abertura, estávamos na iminência de passar para o extremo oposto, o escancaramento de portos, com o Brasil - "casa da mãe Joana" -, vítima, inclusive, de dumping, como esse que alguns países asiáticos estão fazendo. Creio que o Ministro, Francisco Dornelles, que nem é do meu partido, está agora no caminho certo. O que ele fez, agora com a indústria de brinquedos é corretíssimo: ergueu barreiras por seis meses e acordou com as empresas que não haverá aumento de preços durante esse período e pode prorrogar isso enquanto elas se modernizam para que possam enfrentar a competição externa. E, evidentemente, mesmo depois que as tarifas baixem, medidas de salvaguarda poderão ser adotadas contra o dumping. Em qualquer circunstância, o dumping é inaceitável. De

forma que creio que agora estamos, repito, adotando a política correta. A globalização, gostemos ou não, é inevitável. Mas depende da maneira como vamos nos inserir nessa nova ordem mundial. É preciso fazê-lo com responsabilidade, com cautela e com resguardo dos interesses nacionais. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, até porque é uma matéria que V. Ex<sup>a</sup> domina bem, professor que é da faculdade de economia.

Devo registrar o que me pareceu oportuno. Quis alertar para o problema da indústria têxtil, com esses dados que trouxe, exatamente para alinhar o que se tem visto no nosso País. Havia um lado cartorial - o final do meu pronunciamento e aproveito o registro de V. Ex<sup>a</sup> -, que, de uma hora para outra, foi escancarado. A partir daí, houve 20% da alíquota; depois, chegou-se a 70%. Nesse período, as pessoas que investiram uma soma vultosa em suas empresas devem ter tido um prejuízo brutal.

Há uma desconexão entre o que o Governo pretende e o que realiza. Em boa hora, o Ministro Francisco Dornelles está tornando as devidas provisões, declarando à Nação que quem se sentir prejudicado deve fazer um requerimento ao órgão competente, que S. Ex<sup>a</sup> mandará examinar.

Sr. Presidente, essa é apenas uma reflexão que trago nesta tarde em que, pelo menos, se vê o plenário lotado de Senadores capazes pela qualidade. A qualidade dos Senadores presentes nos conforta. E, por estar confortável, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a atenção dispensada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres por 20 minutos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Será breve, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores; farei apenas um registro.

Em uma sessão na semana passada, vários oradores protestaram aqui com muita veemência contra um projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa de São Paulo que concedia incentivos fiscais para indústrias que se instalassem naquele Estado. Eram incentivos principalmente em termos de proteção de pagamento de ICMS por cinco anos e com um prazo de mais cinco anos para que esse ICMS fosse pago.

Chegando ao plenário do Senado naquele dia, sob meu protesto, embora Senador pelo Amazonas,

houve uma grita muito grande, e chegou-se ao que me pareceu um exagero de se adiar a votação de um projeto de resolução de interesse de São Paulo, que autorizava a emissão de títulos para pagamento de precatórios. E não foi votado em protesto, porque Senadores queriam, nesse intervalo, negociar com o Governador Mário Covas em torno desse projeto de lei.

Não foi necessário tanto, Sr. Presidente. O Governador de São Paulo, conforme comunicação que me chegou da Casa Civil daquele Estado, vetou dois artigos do projeto de lei, exatamente as que concediam exageradamente incentivos de ICMS para indústrias que se instalassem em São Paulo.

Fazendo jus ao elogio que lhe fiz, naquela ocasião, o Governador Mário Covas agiu com senso de responsabilidade, contrariando a Assembléia, contrariando setores empresariais do seu Estado, e, com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal, vetou o Projeto de Lei. Portanto, esses incentivos não serão concedidos.

No entanto, Sr. Presidente, recentemente, o Congresso aprovou a lei que concede incentivos fiscais às indústrias automobilísticas que se instalarem no Nordeste. Incentivos ao meu ver exagerados porque chegou até a isentar de impostos sobre Operações Financeiras.

Ovi de vários Senadores do Norte e Nordeste acusações a São Paulo, tanto pelos incentivos que eram concedidos, como por alguma resistência que se tem sentido naquele Estado e em outros do Sul contra esse projeto que beneficia indústria de automóveis, veículos automotores, nas regiões Norte e Nordeste.

Creio que já é tempo, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, de encararmos o problema das desigualdades regionais com mais maturidade, sem querer abrir uma guerra contra os Estados mais ricos e, em particular, contra São Paulo.

Sinto-me muito à vontade para tomar esta posição porque sou representante de um Estado pobre, o Amazonas. Todavia, não estou aqui para ser vereador federal. Já disse e repito. Sou Senador da República e tenho de possuir também uma visão nacional dos problemas. Temos que nos libertar dessa paranóia da teoria conspiratória, que tanto atrasou a nós, latino-americanos, qual seja, a teoria de que éramos vítimas da exploração dos ricos, transferida agora para o plano interno, ao imaginar que existe um colonialismo, um imperialismo interno, com São Paulo explorando o resto do Brasil.

**O Sr. Bernardo Cabral** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** - Não é esta a minha visão; não reajo dessa forma provinciana em relação aos Estados mais ricos.

Concedo-lhe o aparte com muita satisfação, Senador Bernardo Cabral.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Faz muito bem V. Ex<sup>a</sup> em tocar no tema desigualdades regionais, principalmente quando frisa que deve ser ele abordado sem o provincialismo que V. Ex<sup>a</sup> muito bem registra. E, aliás, não é de V. Ex<sup>a</sup> ter preconceitos contra Estados mais ricos em função dos pobres. O que V. Ex<sup>a</sup> tem é a preocupação, que também tenho, em notar que, quando um Estado mais rico como São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, consegue oferecer incentivos para determinada indústria - torna-se evidente que quem dispõe de um capital grande não irá empregá-lo em nosso Estado para ficar à mercê daquilo que lhe oferece o Estado rico - sofre severas críticas. Diz bem V. Ex<sup>a</sup> quando aponta o caminho e indica a solução. O caminho: desigualdade regional; solução: não termos o preconceito de começar a estabelecer uma desavença entre Norte, Nordeste, Centro-Oeste e os Estados do Sul. De modo que eu queria cumprimentá-lo e dizer-lhe que esse é o caminho e que estamos, como sempre, solidários no mesmo rumo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** - Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, não poderia esperar outra observação de V. Ex<sup>a</sup>. Muitas vezes, o nosso Estado, apesar de não estar entre os mais ricos, mas pelo fato de possuir hoje um parque industrial de porte na Zona Franca de Manaus, sofre essas incompreensões aqui também. Atos de verdadeira hostilidade, porque conseguimos erguer aquela estrutura industrial talvez inconcebível para muitos, apenas por estar na Região Norte.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, espero que isso se resolva aqui no Congresso de forma civilizada e consensual e não com objurgatórias, não com atos hostis ou de lamentações em relação aos Estados que conseguiram se desenvolver como São Paulo, Estado que V. Ex<sup>a</sup> tão dignamente representa nesta Casa, Senador Eduardo Suplicy.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho por 20 minutos.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, o jornal Folha de S.Paulo publicou, em

sua edição de 18 do corrente, notícia estranhável, pelo menos até que haja o devido esclarecimento.

Sob o título "PF desenvolve projeto paralelo ao Sivam", o jornal traz ao conhecimento público informação, com alguns pormenores, sobre projeto que está sendo desenvolvido no Ministério da Justiça.

Diz a notícia:

"O Governo desenvolve projeto paralelo ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) para monitorar rotas de contrabando na Região Amazônica.

A Folha apurou que o Governo estuda a compra de equipamentos de controle do espaço aéreo, de fabricação canadense, que pode incluir radar."

Como se vê, já por esse início da notícia, o projeto alcançará aspectos integrantes do Sivam.

E acrescenta:

"Os equipamentos constam do projeto Pró-Amazônia, orçado em US\$248,65 milhões."

**O Sr. Jefferson Péres** (fora do microfone) - O que é isso? Parece um "mini Sivam".

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** - V. Ex<sup>a</sup> diz bem: parece um "mini Sivam".

Adiante:

"A idéia é conseguir US\$170,85 milhões com financiamentos externos e complementar os US\$77,8 milhões restantes com recursos do Orçamento.

O controle da vias fluviais será feito por agentes da Polícia Federal e funcionários da Receita Federal, baseados em quatro municípios: Tabatinga (AM), Vilhena (RO), Óbidos (PA) e Pacaraima (RR)."

Adita a notícia:

"Segundo o ministro da Justiça o sistema de "fechamento" da Amazônia pelo ar é "independente do Sivam."

Essa informação não foi contestada, ao que li, por nenhum órgão do Governo. Retardei, mesmo, o comentário sobre a notícia, entre sua publicação e esta hora, na expectativa de que saísse algum esclarecimento dando melhor delimitação a esse novo projeto ou informando que, em verdade, não se trata de programa de tal dimensão.

Porém, a Folha de S. Paulo adianta:

"Segundo a Folha apurou, a PF considera o Sivam essencial para controlar a

Amazônia, mas prefere trabalhar com um sistema próprio de segurança que não esteja ligado diretamente aos militares. O Sivam será controlado pela Aeronáutica e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A PF também fechou um acordo com empresas fornecedoras de combustíveis para identificação de aviões que se abastecem nos aeroportos da região."

Diante dessa notícia e por não ter havido contestação oportuna até este momento, deliberei formular um requerimento de informações nos seguintes termos, o qual, em seguida, encaminharei à Mesa:

"Requeremos, na forma do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, as seguintes informações ao Senhor Ministro da Justiça:

- a) O governo desenvolve, por intermédio do Ministério da Justiça, programa de assistência à Amazônia, paralelo ao Projeto Sivam?
- b) Qual o alcance real desse programa, o respectivo orçamento, e o órgão responsável por sua execução?
- c) Como conciliar esse programa, e a aplicação dos respectivos recursos, com a amplitude do Projeto Sivam?"

Deixo de ler a justificação porque ela é um resumo das palavras que acabo de proferir.

Sr. Presidente, na expectativa de receber, oportunamente, as informações cabíveis para o justo conhecimento do Senado, é que encaminho à Mesa este requerimento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR JOSAPHAT MARINHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**REQUERIMENTO N° DE 1996**

Senhor Presidente,

Requeremos na forma do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinando com o art. 216 do Regimento Interno as seguintes informações ao Senhor Ministro da Justiça:

- a) O governo desenvolve, por intermédio do Ministério da Justiça, programa de assistência à Amazônia, paralelo ao Projeto Sivam?
- b) Qual o alcance real desse programa, o respectivo orçamento, e o órgão responsável por sua execução?
- c) Como conciliar esse programa e a aplicação dos respectivos recursos, com a amplitude do Projeto Sivam?"

**Justificação**

As informações a que se refere este requerimento são solicitadas em razão da notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo em sua edição de 18 de julho corrente, sob estes títulos:

"Vigilância – Polícia Federal não quer depender de militares: governo estuda compra de equipamentos por US\$240 mil.

PF desenvolve projeto paralelo ao Sivam."

E o contexto da notícia além de informar que, "segundo o Ministro da Justiça" o sistema de "fechamento" da Amazônia pelo ar é "independente do Sivam" acentua entre outros dados:

"O governo desenvolve projeto paralelo ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) para monitorar rotas de contrabando na região amazônica.

A Folha apurou que o governo estuda a compra de equipamento de controle do espaço aéreo de fabricação canadense que pode incluir um radar.

Os equipamentos constam do projeto Pró-Amazônia, orçado em US\$248,65 milhões."

Assim as informações são necessárias ao bom esclarecimento da matéria.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1996. – Josaphat Marinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva por vinte minutos.

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, dei-me conta de que a segunda cidade onde moro é o Brasília, pois estou aqui há quase 10 anos. Perguntei a mim mesma: quando foi que ocupei a tribuna para falar a respeito desta cidade onde estou vivendo? Pensei, então, em qual seria a melhor forma de abordar a minha presença em Brasília e no Congresso Nacional.

A verdade é que cada um de nós passa mais tempo nesta cidade do que em nossos Estados ou cidades de origem.

Olhando para o Distrito Federal, pensei que poderia fazer uma intervenção pertinente, com conteúdo, sem estabelecer uma disputa política ou colocar o Governo do Distrito Federal como o maior ou o melhor governo. Já vinha pensando nisso, quando li uma pequena manchete de jornal, há alguns dias, que consagrava o modo petista de governar ao anunciar que o Programa Bolsa-Escola, do Governo Democrático Popular do Distrito Federal, estava sendo implantado do Olápoque ao Chuf. Isso me animou.

Durante a campanha de 1994, Brasília foi alçada à condição de "vitrine do País", e esse era o argumento dos adversários da Frente Brasília Popular, que alertavam para os "riscos" de a Capital Federal ser governada por um militante do Partido dos Trabalhadores.

Pois hoje, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, os companheiros petistas Cristovam Buarque e Arlete Sampaio, Governador e Vice-Governadora do Distrito Federal, respectivamente, junto com os demais parti-

dos que compõem a Frente Popular, apresentam a todo o Brasil alternativas criativas ao modelo neoliberal instalado no País. A crise econômico-financeira e a tragédia social sufocam o Brasil e estão mais drasticamente refletidas na situação em que se encontra hoje a maioria dos estados brasileiros.

O Distrito Federal, às vezes refém dos repasses financeiros da União, está enfrentando os seus desafios. É exatamente aqui em Brasília, aqui no Distrito Federal, hoje com aproximadamente dois milhões de habitantes, que se desenvolve pelo Governo Democrático Popular uma alternativa econômica que tem como prioridade a dignidade e a cidadania.

O Governador petista da Capital Federal aponta para toda a Nação os caminhos do combate à exclusão social, fruto maior do neoliberalismo.

Em meio à crise que ameaça o Estado brasileiro, em Brasília não se ouve falar em demissão de servidores ou mesmo em atraso no pagamento de seus salários.

O militante petista Cristovam Buarque está enfrentando dificuldades e, por isso, vem cortando privilégios. E começou a fazê-lo em seu próprio gabinete. Em Brasília, hoje, extinguem-se cargos comissionados para preservar o salário do servidor. Isso significa que o sacrifício está sendo dividido pelos assessores graduados do primeiro e do segundo escalões do Governo democrático e popular do Distrito Federal.

Brasília não escapa também do flagelo do desemprego, provocado por essa política de estabilização que cada vez mais aumenta o fosso entre os poucos que têm muito e a legião cada vez maior dos que não têm nada. Mais uma vez é o Governo petista que dá a receita.

Está sendo lançado hoje, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, o Banco do Povo, que vai emprestar dinheiro para o pobre que não tem acesso às linhas tradicionais de crédito. O Banco do Povo, Srs. Senadores, já funciona em Brasília desde dezembro de 1995. Trata-se do BRB Trabalho, programa do Governo democrático e popular desenvolvido pela Secretaria de Trabalho do GDF e pelo Banco de Brasília.

Não sou eu, uma militante petista, como Cristovam Buarque, quem está dizendo isso; é o próprio Governo Federal que anuncia estar evidentemente copiando o programa do Governo petista. Quem ganha com isso? O PT? Quem ganha com isso? O Governo Federal? Não; quem ganha com isso é o povo.

A idéia é simples, mas criativa, como têm sido as soluções encontradas pelo Governo de Brasília. O BRB Trabalho parte do princípio de que quem dá calote em banco são os grandes clientes. Pobre

paga em dia as suas dívidas. Existe honra e dignidade no povo, que cumpre com os seus compromissos e não precisa recorrer a Governo para garantir suas leviandades econômicas.

Eu poderia ficar horas nesta tribuna enumerando as ações do Governo democrático popular do Distrito Federal, que significa a vitrine que toda capital federal deve ser para o seu país.

É importante destacar outro projeto especial do Governador Cristovam Buarque. Brasília está fazendo escola também na histórica questão da reforma agrária com o Projeto Áureo 2000. A reforma agrária que se faz no Distrito Federal não se restringe à distribuição de terra. Aqui, o sem-terra assentado recebe o aporte técnico necessário para sua inserção no mercado formal da economia, com as agroindústrias domésticas. O Governo instala agroindústrias para o pequeno produtor e, por meio da marca comercial Prove, leva os seus produtos para as gôndolas dos grandes supermercados. A griffe democrática Prove, como a chama o companheiro Cristovam, atende a todos os pré-requisitos de qualidade e tecnologia hoje exigidos para exposição e venda de quaisquer produtos.

O Ministério da Reforma Agrária já está fazendo assentamentos com a fórmula petista adotada em Brasília. No Distrito Federal, proprietários de terra com dívidas no Banco de Brasília e no Banco do Brasil pagam a sua dívida com terra, a qual é destinada pelo Governo aos assentamentos.

O BRB-Trabalho dá condições ao pequeno empreendedor de montar o seu próprio negócio, gerando empregos e renda. O Projeto Áureo 2000 e as Agroindústrias Domésticas geram emprego e renda. São programas que atingem e beneficiam o excluído de hoje ao mesmo tempo em que combatem a exclusão do futuro.

Por que digo isso? Porque estou acompanhando no DF o crescimento econômico e participativo da população do Distrito Federal. Faço-o com atraso e com muito atraso. Como disse, eu poderia passar a tarde falando das realizações do Governo, mas não apenas para propagandear-las, porque é dever de um governo popular e democrático realizar. Eu o faço também como moradora no Distrito Federal, que para mim se torna Município e Estado.

Faço-o também porque entendo que a realização de obras de pequeno porte é de grande importância para qualquer população. No Plano Piloto têm sido feitas obras de pequeno porte, das quais vou citar algumas: a cidade está limpa; vinte e cinco mil crianças que não tinham escola hoje têm freqüência

garantida; houve melhoria da rede de saúde, houve reformas básicas em hospitais e postos de saúde.

Faço uma reflexão sobre os desafios que esse Governo ainda tem que enfrentar no Programa de Reestruturação da Saúde, pois oferecer à população atendimento ambulatorial é extremamente importante porque alivia o serviço de emergência dos hospitais que, assim, pode atender, de fato, às emergências. E o Governo estabelece como prioridade o atendimento médico no serviço de emergência e na pediatria, que estão enfrentando dificuldades.

Quais são as dificuldades maiores desse Governo quanto à reestruturação da saúde? Primeiro, funcionários da Fundação estão em outros Estados. Além disso, como sabemos, com medo da reforma da Previdência, muitos já se aposentaram. Existe uma demanda de 600 servidores, entre médicos e profissionais da enfermagem, para poder sustentar a reestruturação da saúde. Há necessidade de mais concursos. E nós sabemos que o Governo, a partir de agosto, irá chamar os concursados remanescentes, mas é preciso abrir novos concursos. É preciso que haja contratações imediatas para atender à demanda existente.

Tudo isso precisa ser compreendido pela população do DF. Estou fazendo um tratamento de saúde e observando as dificuldades do setor, bem como o desejo do Governo do Distrito Federal de reestruturar a saúde, colocando-a com muito dinamismo a serviço da população. O Governo está dando passos que merecem consideração também da minha parte, que sou moradora do DF.

Quero dizer ainda que há uma campanha de convencimento, para que a população possa compreender o que se passa nesse momento e utilizar os postos de saúde mais próximos a sua residência. Isso é extremamente importante.

Outra questão é o abastecimento regular de água nos assentamentos, a substituição de chafarizes e a implantação de redes de água no Riacho Fundo e no Recanto das Ermas, a instalação do fórum de Samambaia e o atendimento gratuito do idoso em clínicas oftalmológicas. Sabemos perfeitamente que isso é importantíssimo, pois quando a idade avança surgem as dificuldades naturais do nosso organismo. Dadas as mudanças não só orgânicas, mas climáticas, há necessidade de revisão da retina, e o idoso, principalmente o pobre, é que sofre em consequência da falta de assistência nessa área. Por isso considerei e considero essa medida importante.

- A bolsa-escola, como eu já disse, tem o apoio de organismos internacionais, com atendimento a 35 mil famílias;

- Eliminação do turno da fome;

- Projeto para criação da Universidade Aberta.

É um belíssimo projeto. Temos experiências comprovadas com a chamada universidade aberta;

- Criação da Escola Profissional de Dança, com cursos técnicos e profissionalizantes, que atenderá quem não tem acesso às escolas particulares.

Esse projeto não só amplia o mercado de trabalho, como dá oportunidade a meninas e meninos carentes de desenvolverem seu potencial.

- Criação do Laboratório de Informática em Samambaia, com extensão à zona rural;

- Financiamento para micro e pequenas empresas, com carência de 12 meses;

- Criação de agroindústria coletiva, com expectativa de ampliação das mesmas;

- Regularização de condomínios rurais, dotando-os de infra-estrutura;

- Construção de parques infantis nos assentamentos;

- Elogio do MEC aos programas de Cristovam na área educacional;

- Recuperação do Catetinho;

- Definição do Plano de Carreira dos funcionários do GDF;

- Instalação de barreiras eletrônicas, para redução de velocidade, a custo zero;

- Programa de Combate à Prostituição Infantil, que tenho acompanhado passo a passo;

- Criação de bibliotecas em ônibus aposentados;

- Criação da central de doação de órgãos;

- Retomada das obras do metrô, cujo contrato já foi assinado;

- Estudo para implantação de rede de esgoto no Lago Sul.

Eu passaria a tarde inteira citando as obras realizadas pelo Governo do Distrito Federal, não porque li, mas porque estou tendo o cuidado de conhecer o local onde moro. Esse é o papel que exerce, evidentemente, no Estado do Rio de Janeiro, mas não posso ignorar o Distrito Federal.

O Governo Democrático e Popular do Distrito Federal transformou Brasília em uma grande vitrine para todo o País. E nesta vitrine estão expostos valores como a dignidade, a cidadania, o respeito ao homem.

Hoje Brasília retoma sua vocação de pólo de integração nacional. O que faz a diferença é que essa integração, proposta pelos companheiros Cristovam, Arlete e tantos outros do PT e dos partidos da Frente Brasília Popular, traz em seu bojo uma alternativa concreta para o Brasil.

O que aplaudo aqui desta tribuna é um modelo político, social e econômico no qual a esquerda brasileira e o País podem encontrar as respostas ou ao menos as indicações que levem ao fim da hegemonia neoliberal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda, por 20 minutos.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o trânsito está se transformando numa verdadeira epidemia nacional, tantas são as pessoas que morrem ou ficam inválidas ou se ferem num dos mais de 350 mil acidentes que acontecem nas estradas brasileiras a cada ano.

Os números impressionam e aterrorizam, se levarmos em conta, ainda, que no Brasil, a cada ano, o número de vítimas em acidentes fatais automobilísticos corresponde à metade das mortes de soldados norte-americanos em 16 anos de guerra no Vietnã: nessa guerra, os soldados mortos foram em torno de 55 mil; no Brasil, o trânsito ceifa em torno de 25 mil vidas a cada ano. Se essa guerra foi considerada como uma das mais estúpidas e inexplicáveis da história da humanidade, o nosso trânsito não fica atrás em barbaridade e violência.

São várias as causas que colaboram para o número alto de acidentes, mas, de acordo com dados do DNER, 59% dos acidentes ocorridos nas estradas federais, durante o ano de 1995, foram devidos aos motoristas; 34% deveram-se a causas desconhecidas e 6% foram atribuídas a falhas mecânicas, a defeitos nas vias e a falhas da sinalização. Em resumo, podemos afirmar, sem possibilidade de erro, que a maioria dos acidentes ocorre por imprudência ou imperícia dos motoristas: excesso de velocidade, ultrapassagens arriscadas e embriaguez.

Se, em decorrência de um único problema de saúde, 25 mil mortes ocorressem no Brasil num só ano, a sociedade se mobilizaria, o Governo logo procuraria tomar providências para descobrir a causa de tantas mortes. O trânsito sozinho ceifa esse número de vítimas, e pouco se faz para alterar essa situação. Por isso, os acidentes sempre aumentam de

um ano para outro: comparando-se o número de acidentes em 92 e 95 nas estradas federais, verificamos um acréscimo de 50,4%; no mesmo período, o número de feridos foi 38,2% maiores e o de mortes cresceu 21,4%, de acordo com dados do DNER.

Apesar disso, as campanhas de prevenção de acidentes pouco avançaram. Nesse assunto, porém, o Estado de Pernambuco surge como uma exceção por estar um passo adiante do Brasil. Lá, as reações se tornaram mais efetivas e as campanhas educativas mais incisivas, bem feitas, a ponto de serem utilizadas pelo Governo Federal em âmbito nacional.

Por isso, quero chamar a atenção dos meus Pares nesta Casa para o Movimento de Combate à Violência no Trânsito, que, em Pernambuco, congrega familiares e amigos de vítimas do trânsito para lutar contra a violência nesse setor.

Esse movimento surgiu depois que a jornalista pernambucana Vanderlúcia Maria da Silva foi morta, quando o carro em que viajava foi atingido por outro que trafegava em alta velocidade, na contramão, conduzido por um motorista alcoolizado. A barbaridade desse acidente gerou um sentimento de revolta e indignação em seus parentes e amigos, impelindo-os a se organizarem para lutar contra essa verdadeira guerra em que se transformou o trânsito nas cidades e nas estradas.

Tentando descobrir as principais causas do verdadeiro caos em que se transformou o trânsito, esse movimento chegou a conclusões bem parecidas com aquelas já conhecidas de todos: para combater a imprudência, a imperícia e o abuso dos motoristas, há necessidade de maior fiscalização dos veículos e de seus condutores. Se a fiscalização for mais eficiente e constante, os "pegas" não acontecerão, reduzir-se-á o número de veículos trafegando sem condições de segurança e de motoristas imprudentes, embriagados ou sem habilitação.

A seguir, é indispensável que se tenha mais cuidado no planejamento, na construção e na conservação das estradas. Quando uma estrada ou uma curva, pelo número e freqüência dos acidentes aí ocorridos, recebe o nome de "estrada da morte" ou "curva da morte" é porque alguma coisa está errada em sua concepção. É difícil encontrar, pelo Brasil afora, uma região que não tenha uma estrada ou uma curva com esse apelido. Esses defeitos de engenharia são agravados pela sinalização inadequada ou pelo estado precário das estradas. Levantamento recente promovido pela Confederação Nacional do Transporte indicou que apenas 6,4% das estradas federais estão em ótimas condições de

uso; o resto - 93,6% - está em condições regulares, ruins ou péssimas, o que causa enormes prejuízos à economia do País.

Uma outra constatação desse movimento é de que a legislação penal precisa ser mais rigorosa com os crimes praticados no trânsito. Atualmente, à impunidade alia-se uma mentalidade de benevolência com esses crimes, incentivada pela própria lei que os considera culposos, ou seja, crimes para cujo concurso não há intenção do autor. Em razão desse entendimento, os assassinos do trânsito continuam livres, matando impunemente. A tramitação no Congresso de um novo Código Nacional de Trânsito é ocasião propícia para que se modifiquem as penalidades por essas infrações, tornando-as mais severas.

Além disso, é preciso que os exames para a concessão de carteiras de habilitação sejam mais rigorosos. O que tem acontecido atualmente é que jovens despreparados, inseguros, mas afoitos, são facilmente aprovados em exames de direção totalmente superficiais e brindados com uma carteira de habilitação que, na realidade, não os habilita em nada. Na direção, são verdadeiros perigos ambulantes, com uma poderosa arma de ferir e matar nas mãos.

Para melhorar a qualidade do trânsito, o Movimento de Combate à Violência no trânsito propõe que as campanhas educativas sejam permanentes, envolvendo as polícias militares, os Detrans, os colégios, os meios de comunicação, de modo a atingir o maior número possível de pessoas.

De minha parte, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estou plenamente convencido de que todas essas medidas são necessárias, mas o que surte efeitos mais palpáveis e imediatos é uma fiscalização rigorosa e implacável, que multe, apreenda carteira, suspenda motoristas de dirigir e até os prende.

Para se implantar todas essas medidas, são necessários recursos, que não poderão ser poucos, mas se houver a consciência de que exercer uma fiscalização atenta e constante, aplicar com rigor as leis de trânsito, cuidar das estradas, educar para o trânsito será uma forma eficiente de se preservar vidas, os recursos fatalmente aparecerão. Dado o montante de infrações que se cometem a cada dia no trânsito, se a fiscalização for eficiente, em pouco tempo, os recursos arrecadados com multas serão mais do que suficientes para implantar todas essas atividades.

Fazer com que movimentos semelhantes a esse de Pernambuco proliferem pelo Brasil afora é medida mais do que necessária. A população precisa ser conscientizada da necessidade de se engajar

nessa batalha e de pressionar as nossas autoridades em todos os níveis para encararem o trânsito como prioridade. Não podemos ver amigos, parentes ou patrícios nossos sendo mortos precoce e impunemente, sem fazer nada.

A guerra do trânsito é permanente e permanente deve ser também a batalha contra ela.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Joel de Holanda, o Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Benedita da Silva.*

**A SRA. PRESIDENTA** (Benedita da Silva) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR EDUARDO SUPLICY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Benedita da Silva, Srs e Srs. Senadores, na última quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional anunciou a liberação de tarifas bancárias e outras medidas em favor do Sistema Bancário.

Ainda no Simpósio realizado sobre as Instituições Financeiras no Terceiro Milênio e o Banco Central se preparando para o terceiro milênio, uma das questões all levantadas diz respeito a como o Banco Central precisa ouvir muito mais a sociedade e se explicar melhor.

O cientista político, social e econômico, Sérgio Abranches, falou da necessidade de o Banco Central ouvir mais e se explicar muito mais à sociedade, mencionando, dentre outros exemplos, o de que o Banco Central e as autoridades monetárias haviam se explicado mal quando da criação do Proer - tanto é que a sociedade via o Programa como uma medida para proteger os bancos. Na ocasião, ponderei que, na verdade, o Banco Central, as autoridades econômicas, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o próprio Presidente da República e os demais, em verdade, ouvem bastante a sociedade, mas de forma segmentada e parcial.

Sr. Presidente, é importante sabermos quais são as pessoas recebidas pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento, pelo Presidente do Banco Central, pelos Diretores do Banco Central. Sugeri que fosse feito um levantamento e pedi aos jornalistas que procurassem saber, desde 1º de janeiro de 1995 até hoje, qual era a agenda do cotidiano do Ministro da Fazenda, do Presidente do Banco Central e do próprio Presidente da República. Os jornalistas me disseram que seria impossível, pois

autoridades como o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central simplesmente colocam em sua agenda pública despachos internos e não é possível saber exatamente qual o dia-a-dia deles.

Não é transparente e público quais os representantes dos trabalhadores dos mais diversos setores o Ministro da Fazenda terá, porventura, ouvido a cada dia. Quais os representantes dos segmentos de trabalhadores desempregados que o Ministro da Fazenda, porventura, está ouvindo hoje? Quais os representantes do Movimento dos Sem-Terra estaria o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central ouvindo hoje, até para, em diálogo com o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, definirem como prioridade a questão de quanto em recursos será destinado à reforma agrária ou ao financiamento do pequeno e médio produtor?

Sr. Presidente, é importante termos conhecimento dessa agenda, com clareza e transparência, até porque é natural que pessoas com muito poder econômico ou com poder de se comunicar, de viajar, de vir a Brasília, cheguem ao gabinete dos Ministros, à Presidência do Banco Central e que aquelas que estão destituídas na sociedade têm muito maior dificuldade de chegar ao Palácio do Planalto, de se fazerem ouvidas pelo Presidente da República.

No entanto, naquele dia, o Senador Vilson Kleinübing, em audiência com o Presidente da República, até fez uma pergunta bastante interessante: qual seria aprovado e colocado em prática em 30 dias, se houvesse como alternativa um projeto para salvar os bancos, os ricos e, outro, para salvar os pobres? Os que estavam ouvindo o Senador Vilson Kleinübing e os demais, que estavam à mesa, sorriam porque, obviamente, o dia-a-dia está aí a mostrar.

A velocidade com que este Governo criou o Proer e a pauta de velocidade com que, normalmente, são tomadas as medidas para atender à população mais carente é algo impressionante. É necessário destacar quando há alguma medida para atender à população mais carente, ao pequeno, ao microempresário e àquele que quer realizar uma nova atividade e não possui recursos.

Hoje, o BNDES com a presença da Primeira Dama, Srª Ruth Cardoso, e do Presidente Nacional do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Luiz Carlos Mendonça de Barros, seguindo o exemplo do Governo do Distrito Federal, conforme ressaltou a Senadora Benedita da Silva, que em dezembro de 1994 iniciou o Projeto "BRB Trabalho",

anuncia o BNDES como o Banco do Povo. Aliás, seguindo o exemplo de outro Governo do PT, em Porto Alegre, o Governo Tarso Genro também teve uma prática semelhante de abrir crédito aos pequenos.

Está no programa de Governo da candidata e ex-Prefeita Luiza Erundina de Sousa instituir um banco do povo para prover créditos para aqueles que não teriam possibilidade nas instituições financeiras. É preciso ressaltar que pelo menos alguma coisa foi feita e, portanto, cabe ser registrada, como fez a Senadora Benedita da Silva.

Na quinta-feira da semana passada, o Banco Central voltou a anunciar medidas em favor dos bancos. Mais uma vez, não houve preocupação suficiente em prestar devidos esclarecimentos à opinião pública. Houve a palavra do Diretor Alquimar Moura, que mencionou que "os bancos, afinal, não são instituições de caridade". Mas a maneira como foram anunciadas essas medidas de liberação de tarifas bancárias reforça a impressão, já bastante difundida, de que o Banco Central está mais a serviço dos bancos.

Por meio de resolução, o Banco Central ampliou enormemente a liberdade dos bancos e demais instituições financeiras na fixação de tarifas pela prestação de serviços, deixando os correntistas à sua mercê.

Quando qualquer cidadão abre uma conta em instituição financeira, não constitui prática comum que essa instituição coloque de pronto um contrato aberto, transparente para o depositante, para o correntista, por intermédio do qual este já fica sabendo de todas as regras do jogo? Essas regras são mutáveis e, inclusive, agora estão sendo mudadas sem que haja um contrato explícito com o correntista.

**O Sr. Jefferson Péres -** Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPILCY -** Com prazer, concedo o aparte a V. Exª, que poderá trazer mais elementos ao tema.

**O Sr. Jefferson Péres -** Senador Eduardo Suplicy, a preocupação de V. Exª é a da maioria da sociedade brasileira. Em tese, não acredito que seja um mal; poderia ser até salutar, se tivéssemos concorrência entre os bancos, no sistema financeiro. Se assim fosse, a competição seguraria os preços, na medida em que os bancos oferecessem vantagens, uns em relação aos outros, até que as tarifas ficassem num patamar um pouco acima ou semelhante ao que é cobrado hoje. O perigo no Brasil é que, em muitos setores da economia, existem verdadeiros cartéis. Meu receio é que a Febraban fixe uma tarifa uniforme e bem elevada que acabe sendo seguida

por todos os bancos, o que caracterizaria, sem a menor dúvida, formação de cartel. Creio que o Governo agiria com maior responsabilidade se tivesse concedido liberdade vigiada e provisória - por um prazo de uns seis meses - após o que liberaria para observar o comportamento. Caracterizada a cartelização, revogar-se-ia a medida e se tabelaria novamente. Se o mercado funcionasse, com competição e tarifas diferenciadas e baixas, penso que seria muito bom. Os Estados Unidos funcionam assim, e os clientes não sofrem extorsão por parte dos bancos. Mas reconheço que o Brasil não é os Estados Unidos. De forma que a simples liberação - V. Ex<sup>a</sup> tem razão - preocupa muito a todos nós.

**O SR. EDUARDO SUPILY** - Considero extremamente relevante a observação de V. Ex<sup>a</sup>, porque, de fato, seria diferente se tivéssemos concorrência no sistema bancário. Mas é preciso considerar que diversas características fazem com que o sistema financeiro privado, ou mesmo misto, não seja propriamente um sistema competitivo.

Não é, por exemplo, como o setor de calçados, ou o setor têxtil, que foi objeto das considerações iniciais do Senador Bernardo Cabral, hoje. Tipicamente, o setor têxtil de confecções e o setor de calçados são considerados exemplos de setores altamente competitivos, nacional e internacionalmente. Entre outras razões, diferentemente do setor automobilístico - em que a tecnologia e as economias de escala demandam que somente grandes capitais podem começar empresa nova para produzir automóveis -, o setor de calçados e o de confecções permitem que haja até a empresa individual. O sapateiro começa a fazer sapatos, ou reúne os colegas e começam uma fábrica pequena de calçados. Então, temos em cidades como França ou no Vale dos Sinos ou no Ceará e em tantos lugares do Brasil dezenas, centenas, milhares de empresas em que o produtor pode entrar e sair com muita facilidade, pode adquirir matéria-prima com razoável facilidade para expandir sua atividade. Obviamente, a tecnologia, a qualidade, o modo de produzir, o cuidado de cada um vai permitir que esses produtos sejam diferenciados e aquele que produzir com qualidade excelente poderá até vir a cobrar um pouco mais, mas sempre sujeito a grande competição.

No caso dos bancos, que oferecem o serviço de crédito, o caso é diferente. Esse serviço de crédito não é algo que possa ser oferecido abundantemente, porque sempre está limitado pela própria natureza do que seja moeda. As autoridades monetárias, para começar, limitam e controlam a quantida-

de de moeda na economia e, consequentemente, pelos diversos instrumentos, a quantidade de oferta que as instituições financeiras podem oferecer na forma de empréstimos. Esta é uma primeira limitação.

Ademais, as instituições financeiras estão sujeitas a certa regulamentação de entrada e saída. As autoridades monetárias autorizam ou não nova instituição financeira a funcionar no Brasil; também autorizam ou não novas instituições financeiras do exterior a funcionarem no Brasil. E há regras que definem se uma instituição do exterior pode funcionar aqui normalmente, levando-se em conta o critério de reciprocidade e assim por diante.

É fato que em outros países há cobrança de tarifas por serviços até mesmo para confecção de cheques e isso varia de instituição para instituição. Entretanto, as restrições agora existentes no Brasil são muito pequenas.

Os bancos poderão até mesmo cobrar tarifa pela manutenção de conta corrente, por lançamentos de débito ou crédito na conta corrente. Poderão cobrar tarifas mesmo no caso de conta salário ou de contas para recebimentos de pensões e aposentadorias. Além disso, o Banco Central facilitou o acesso a suas linhas de assistência para as instituições financeiras sob regime de administração especial e temporária, como é o caso do Nacional e do Banespa.

Agora, a obtenção de recursos nas linhas de assistência financeira e de liquidez, no caso dos bancos sob RAET, é possível, com garantia de 100% do valor emprestado. Até agora, a garantia deveria ser de 120%, o que permitia cobrir não só o principal como, pelo menos, uma parte dos juros.

Aparentemente, não foi suficiente o apoio dado aos bancos pelo Proer e outras medidas. O Banco Central ainda sente a necessidade de fazer nova concessão. E parece-me que as autoridades não estão se vendendo obrigadas a explicar devidamente.

No que diz respeito à liberação da cobrança de diversos tipos de tarifas, representantes do Governo e do setor bancário têm alegado, em entrevistas aos meios de comunicação, que a competição entre os bancos impedirá naturalmente os abusos nos aumentos das tarifas. Será que esta alegação, de fato, convence?

Conforme V. Ex<sup>a</sup> ressaltou, o sistema bancário brasileiro é sabidamente bastante concentrado e dominado por conglomerados de alcance nacional. As tendências recentes, estimuladas pelo próprio Go-

verno por intermédio do Proer - um programa de estímulo à reestruturação do Sistema Financeiro, isto é, à concentração ainda maior -, são, inclusive, no sentido de aumento da concentração do poder econômico no setor, por meio de fusões e de incorporações.

Recente levantamento realizado pelo Centro de Estudos de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, mostra claramente a concentração do poder econômico no setor bancário. O levantamento abrange 194 bancos, com base em balanços coletados e analisados até 20 de abril deste ano. Apenas 25 bancos detêm nada menos do que 81% do ativo total dos bancos considerados na pesquisa. Note-se também que a liberação de tarifas vem na esteira de aumentos consideráveis de tarifas no quadro da regulamentação anterior. Os bancos já se vinham resarcindo da perda do imposto inflacionário, em parte por meio de um drástico aumento das tarifas.

Essa nova rodada de medidas em favor dos bancos, mais uma vez, sem maiores explicações, faz apenas reforçar a convicção de que, na reforma do sistema financeiro, atualmente em discussão no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, um dos objetivos fundamentais tem de ser o de assegurar maior independência do Banco Central em relação ao Sistema Financeiro Nacional, quebrando a relação simbiótica existente entre autoridade monetária e interesses financeiros.

Dessa maneira é que queremos ressaltar a importância da regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal, para termos proposições no sentido de evitar que diretores do Banco Central possam, de pronto, passar para instituições financeiras privadas. Precisamos fixar esse princípio da quarentena, para que possa haver maior independência entre aqueles que estão responsáveis pelo que se passa nas instituições financeiras oficiais, no Conselho Monetário Nacional, no Banco Central e aquilo que ocorre nos pequenos bancos.

A Folha de S.Paulo, ainda hoje, revela que pequenas e grandes instituições conseguiram melhorar a taxa de rentabilidade no primeiro semestre de 1996; que os lucros dos bancos são maiores este ano. Diz a reportagem do Caderno de Negócios desse jornal que:

Nada como um Real após o outro. A nova safra de balanços dos bancos mal começou, mas as análises iniciais dos números referentes ao primeiro semestre indicam que os resultados foram invejáveis. Do gi-

gante Bradesco ao nanico Hexabanco, os lucros dos primeiros seis meses de 96 foram generosos, principalmente quando comparados ao primeiro semestre de 95, quando uma crise de inadimplência levou pelo ralo milhões de reais de instituições financeiras.

O Bradesco lucrou R\$431 milhões até junho, esbanjando uma rentabilidade de 8,26% (17,19% ao ano) sobre o patrimônio líquido de R\$5,218 bilhões.

Os números não consideram a correção monetária do período. Mesmo assim, os resultados impressionam. Em relação ao primeiro semestre de 1995, os lucros do Bradesco cresceram 62%.

E o próprio Lázaro Brandão, Presidente do Banco, explica: "Sofremos menos com a inadimplência, que caiu 17% para R\$503 milhões".

Os lucros do Banco Real, por sua vez, dispararam 60% sobre o mesmo período de 95. O Real transformou chumbo em ouro ao vender para o Banco Central cerca de R\$1 bilhão em créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais - um fundo que cobre a diferença entre reajustes das prestações da casa própria - feitos anteriormente conforme os aumentos salariais dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e saldos dos financiamentos.

Vendidos por 35% de seu valor de face, os créditos do Real contra o FCVS viraram lucro, pois já estavam provisionados. Itaú e Bradesco também aproveitaram a lucrativa alquimia oferecida pelo BC. Esse efeito, segundo Lázaro Brandão, só será sentido no balanço do Bradesco no segundo semestre.

Os ventos também sopraram a favor dos bancos menores. O BBA Creditanstalt S.A. fechou o semestre com lucro líquido de R\$70,4 milhões, mais que o dobro dos R\$31,8 milhões obtidos em igual período em 1995.

Assim, não se trata de um momento em que os bancos estivessem registrando dificuldades extraordinárias. Será próprio que o Banco Central venha a explicar melhor as razões pelas quais está havendo esta liberação da maioria das tarifas, além da liberação no sentido de definir horários de atendimento ao público, que me parece uma norma adequada.

O importante é que haja o devido diálogo com os correntistas e principalmente com os empregados

do setor bancário. Espero que essa medida seja no sentido de aumentar e não de diminuir ainda mais as oportunidades de emprego.

Sr<sup>a</sup> Presidente, gostaria ainda de mencionar o que é um exemplo de diálogo para a tomada de decisões. Refiro-me ao procedimento que hoje tem sido efetuado pelo Presidente Nelson Mandela. Sinto uma tal diferença entre a norma característica, os passos que vêm sendo dados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e aqueles que vêm sendo dados pelo Presidente Nelson Mandela, da África do Sul.

Tenho a impressão de que Nelson Mandela tem efetivamente a preocupação maior do resgate da justiça, de se fazer ouvido pelos segmentos mais carentes da população, ao mesmo tempo que dialoga com segmentos de grande poder - ainda na quinta-feira aqui registrei o extraordinário pronunciamento de Nelson Mandela, efetuado para o Parlamento Inglês -, mas na hora de tomar essas decisões mais importantes para a sociedade é preciso que haja maior ouïda de todos os segmentos.

O economista Ladislau Dowbor faz um registro sobre esse tema, num artigo notável para o **O Estado de S.Paulo**, denominado "Desintermediando o Estado". Vou ler aqui alguns trechos:

A eterna discussão sobre privatização já está cansando e sendo ultrapassada por inovações mais significativas de reforma do Estado. Um bom exemplo pode ser encontrado nas iniciativas do governo de Nelson Mandela, na África do Sul. Numa linha que lembra a experiência brasileira com as câmaras setoriais, Mandela criou um conselho nacional de desenvolvimento econômico e políticas de Trabalho, que funciona basicamente na lógica seguinte: diante de um grande problema prático como a previdência, por exemplo, reúnem-se as grandes empresas, os grandes bancos, os sindicatos, os ministérios correspondentes, enfim, os chamados **stakeholders**, os que têm interesses efetivos na decisão, e se batalha um consenso que refletirá efetivamente os diferentes interesses em volta da mesa. Uma vez fechado o acordo, e se trata de um acordo real porque envolve os que efetivamente aplicarão as políticas aprovadas, o processo é enviado ao Parlamento para que se elaboram as leis correspondentes. Assim, o National Development and Labour Council (Ndnlac) da África do Sul está se transformando

num tipo de espaço permanente de elaboração de consensos entre os atores sociais organizados.

Seria como se, no caso brasileiro, em vez de o Presidente entregar até o último botão das calças para que intermediários políticos aprovem uma decisão, os acordos fossem fechados diretamente com os segmentos interessados da sociedade civil, ficando os legisladores encarregados de legislar a respeito.

Em outro nível, é exatamente o que acontece com numerosas prefeituras brasileiras onde o orçamento participativo permite que os atores sociais organizados da cidade definam o uso final dos recursos públicos. As propostas são posteriormente transformadas em orçamento consolidado, que será aprovado pela Câmara, rompendo-se o tradicional processo de "acerto" entre o prefeito e grupos de vereadores, de um lado, e empreiteiras, de outro, sobre o que deve ser feito na cidade, acertos que resultam em obras faraônicas que permitem belas inaugurações, mas pouco proveito em termos de qualidade de vida.

Outro efeito é a continuidade das políticas, pois é a cidade que decide o que quer, e não o prefeito, com o seu colete cheio de acertos vinculados ao financiamento da campanha. E a cidade é, evidentemente, mais permanente do que o político de tumo. De certa forma, o prefeito passa a ser um gestor e articulador de uma proposta que é mais ampla, e é política no sentido mais pleno.

As empresas de advocacia custam cerca de US\$320 bilhões ao ano, nos Estados Unidos, ao setor econômico. Qualquer divergência quanto a uma patente se transforma em discussões que duram anos e envolvem os profissionais da discussão, não os interessados. No Japão, as empresas têm a tradição da busca de consenso direto, e a decisão sai em dias. Quando os advogados americanos chegam ao resultado, freqüentemente o espaço já está ocupado pelo produtor japonês.

Em Istambul, os conceitos de parcerias, de atores sociais, de gestão direta, de elaboração de consensos ecoaram em todos os fóruns de discussão da **Habitat 2**. Não se trata de substituir a política, mas de tor-

nar a sociedade civil muito mais presente no processo.

E, na ausência de espaços organizados de elaboração de consensos diretamente com os atores sociais, gera-se um universo de **lobbies** que privilegia os grandes grupos, desorganiza os espaços formais de poder e termina por reduzir a capacidade de governo em geral.

De certa forma, numa sociedade muito mais dinâmica e complexa, que precisa de formas ágeis e flexíveis de tomada de decisão, o tradicional político fisiológico, com seus sorriso matreiro e a empáfia de quem sabe das coisas, aparece simplesmente como um cobrador de pedágio parlamentar que dificulta a democratização do País."

Aqui está, prezados Senadores, um alerta ao que, infelizmente, ocorre por vezes no Congresso Nacional. Seria interessante que o Executivo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus Ministros procurassem abrir mais as suas agendas para todos os segmentos da sociedade a fim de que, ao serem apresentadas proposições ao Congresso Nacional, essas já venham amplamente debatidas e discutidas com todos os setores afetados.

**Sra Presidente**, encaminhando requerimento à Mesa no sentido de solicitar, das autoridades monetárias e do Ministro da Fazendo, os devidos esclarecimentos para as medidas anunciadas de aumento de tarifas dos serviços bancários.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Benedita da Silva) - Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que assuma esta Presidência, para que eu possa fazer uma comunicação inadiável.

*A Srª Benedita da Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra a V. Exª, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ) - Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Constituição Federal, no seu art. 1º, diz o seguinte:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;  
II - a cidadania;  
III - a dignidade da pessoa humana;  
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político."

O art. 5º diz que:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constituirá crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;"

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

"Art. 20. Praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou o preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos.

§ 1º. Poderá o juiz determinar, ouvido o Ministério Pùblico ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I. O recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II. A cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 2º. Constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido."

Sr. Presidente, desejo que seja registrado nos Anais desta Casa o expediente que estou enviando ao Ministro da Justiça, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ao Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, à Presidência da Fundação Palmares, ao Ministério das Comunicações, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Ministério da Cultura, nos seguintes termos:

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música incluída em seu recente trabalho intitulado "Veja os cabelos dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e em especial contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente a partir da decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão essa provocada a partir de representações junto ao Ministério Público imputadas pelos Movimentos Negros a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e temos mantido contato com organizações do movimento negro e aliados.

Dante desse fato, solicito formalmente a V. Ex<sup>a</sup> informações sobre as providências adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira, respaldando as decisões estatutárias.

Assim o faço, Sr. Presidente, porque estou atenta aos noticiários. O Tiririca assim como todas as pessoas favoráveis à ação do mesmo estão sendo chamadas para debates em rádio e televisão. Entretanto, até agora não se chamou posições em contrário, nem sequer aquelas pessoas que deram entrada no Ministério Público com relação ao processo.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero de novo enfatizar que não temos, absolutamente, nada contra essa figura popular do Tiririca. O que não podemos é deixar que se perpetue a discriminação em nosso País. E, como legisladores, não podemos aceitar que a empresa possa descumprir a determinação, alegando que a juíza não é competente, à luz da lei, para fazê-lo. Por isso li o parágrafo referente a esse ponto; a sentença da juíza é, portanto, pertinente, à juiz da lei, para que esse material seja apreendido.

Não estamos, de forma alguma, impedindo que as demais músicas que compõem o CD sejam tocadas nas rádios; não estamos cerceando a liberdade de expressão desse grande cantor popular, o Tiririca, que nós apoiamos; nem mesmo tolhendo a sua manifestação ou sua contribuição à música popular brasileira. Todavia, não podemos calar diante dessa situação grave, pois, como dizem, quem cala consente.

Sei que o assunto incomoda, porque fere interesses; sei que já nos acomodamos, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de situações como esta, fazendo ouvidos de mercador. Contudo, entendo que não é dessa forma pela qual vamos

combater as desigualdades neste País, pela qual vamos tornar parceiros e aliados os chamados diferentes. Não é só porque dói nalma, mas trata-se de um direito adquirido, que custou suor, lágrimas e, sobretudo, a consciência daqueles que não se curvam diante de uma situação como essa.

Ainda que não tenhamos espaço para colocar a nossa posição, estamos respaldados pela Lei Maior do País. Não estamos sectarizando, radicalizando ou, muito menos, fazendo racismo ao contrário. Porém, não podemos aceitar que isso seja visto apenas como moda, porque moda vai e volta. Não posso concordar com isso, Sr. Presidente, porque, quando menina, fui escarnecida, aos cinco e seis anos de idade, com músicas como "Nega maluca", "Nega do cabelo duro"; hoje, seria a comparação com "bombril" e também como uma "negra que fede".

Sr. Presidente, também não posso aceitar que fiquemos a assistir a esse episódio e, depois, consideremos que nossa sociedade é democrática racialmente. Não o é, porque estamos calados e quem cala consente.

Por isso, vou pedir informações oficiais ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Cultura, ao Conselho Nacional do Direito da Mulher, ao GTI - grupo criado pelo Presidente da República para implementar políticas afirmativas para a população negra neste País. Buscarei também subsídios na Fundação Cultural Palmares, que foi criada no Governo do Presidente José Sarney para que fosse também um instrumento de atendimento à comunidade negra.

Nós queremos justiça e, desta tribuna, pedimos apenas o cumprimento da Constituição brasileira.

Não apenas fiz parte da Constituinte, como também sou uma cidadã cumpridora dos preceitos inseridos nos artigos e parágrafos da nossa Constituição. Não sou de segunda classe, sou apenas uma brasileira e, como tal, quero ver cumprida essa Constituição, senão não poderei dizer que vivo numa sociedade democrática, igualitária e fraterna.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SENADORA BENEDITA DA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Brasília, 29 de julho de 1996

Exm.<sup>a</sup> Sr.

Ministro Nelson Jobim

Ministério da Justiça

Nesta

Senhor Ministro:

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música, incluída em seu recente trabalho, intitulado "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e, em especial,

contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão esta provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que o Ministério da Justiça tem como área de competência a defesa das garantias constitucionais e dos direitos da cidadania, com auxílio do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria dos Direitos da Cidadania, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, mais recentemente, contando com a contribuição do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, órgãos ligados ao Ministério, solicito formalmente a V. Ex.<sup>a</sup> Informações sobre as providências adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira, respaldando as decisões estaduais.

Atenciosamente, Senadora Benedita da Silva

Brasília, 29 de julho de 1996

Exmº Sr.

Ministro Francisco Weffort

Ministério da Cultura

Nesta

Senhor Ministro,

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música, incluída em seu recente trabalho, intitulada "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e, em especial, contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão esta provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que o Ministério da Cultura tem como área de competência a proteção do patrimônio histórico e cultural do nosso País, com auxílio da Fundação Cultural Palmares, órgão destinado a apoiar atividades relativas à população negra, solicito formalmente a V. Ex.<sup>a</sup> Informações sobre as providências adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente, – Senadora Benedita da Silva.

Brasília, 29 de julho de 1996

Ilmº Sr. Hélio Santos

Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra

Nesta

Senhor Coordenador:

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música, incluída em seu recente trabalho, intitulada "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e, em especial, contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, conside-

rado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão esta provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que o Grupo de Trabalho Interministerial tem a finalidade de desenvolver política para a valorização da População Negra, órgão legado ao Ministério da Justiça e coordenado por V. S<sup>a</sup> tem como competência propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação da População Negra, solicito formalmente informações sobre as providências adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira, respaldando as decisões estaduais.

Atenciosamente, Senadora Benedita da Silva.

Brasília, 29 de julho de 1996

Ilmº Sr<sup>a</sup>

Doutora Dulce Maria Pereira

Presidenta da Fundação Cultural Palmares

Nesta

Senhora Presidenta:

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música, incluída em seu recente trabalho, intitulado "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e, em especial, contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão esta provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura que tem como finalidade apoiar e estimular atividades destinadas a desmistificar preconceitos de origem, sexo, idade, raça, cor e quaisquer outras formas de discriminação, solicito a V. S<sup>a</sup> formalmente, informações sobre as providências adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira, respaldando as decisões estaduais.

Atenciosamente, Senadora Benedita da Silva.

Brasília, 29 de julho de 1996

Ilmº Sr<sup>a</sup>

Doutora Rosilda Darcy de Oliveira

Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Nesta

Senhora Presidenta:

O cantor e compositor popular Tiririca é autor de música, incluída em seu recente trabalho, intitulado "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e, em especial, contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisões, decisão esta provocada a partir de representações junto ao

Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão ligado ao Ministério da Justiça que tem como finalidade promover políticas visando a eliminação das discriminações que atinjam a mulher, bem como fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher, solicito a V. S<sup>a</sup>, formalmente, informações sobre as provisões adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira, respaldando as decisões estaduais.

Atenciosamente, Senadora Benedita da Silva.

Brasília, 29 de julho de 1996

Ilm<sup>a</sup> Sr.  
Ministro Sérgio Motta  
Ministério das Comunicações

Nesta

Senhor Ministro:

O cantor e compositor popular Tiririca e autor de música incluída em seu recente trabalho. Intitulada "Veja os Cabelos Dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e em especial, contra a mulher negra, caracterizando preconceito racial, considerado crime inafiançável pela Constituição Federal e pela Lei nº 7.716/89.

O seu episódio repercutiu nacionalmente tendo em vista a decisão judicial de proibir a execução da música em rádios e televisão, decisão esta provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas por entidades do Movimento Negro a nível nacional.

Nesse sentido, denunciamos a questão da tribuna do Senado Federal e estamos acompanhando a execução da sentença.

Diante deste fato e uma vez que o Ministério das Comunicações tem como área de competência a Política Nacional de Telecomunicações, inclusive radiodifusão, além da fiscalização dos serviços de telecomunicações, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, formalmente informações sobre as provisões adotadas por esse órgão governamental, à luz da decisão da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para fazer cumprir a legislação brasileira.

Atenciosamente, – Senadora Benedita da Silva

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – A Presidência considera o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> de grande relevância e em defesa do que está prescrito na Constituição.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO N° 734, DE 1996

Sr. Presidente,

Requeremos, na forma do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, as seguintes informações ao Senhor Ministro da Justiça:

a) o governo desenvolve, por intermédio do Ministério da Justiça, programa de assistência à Amazônia, paralelo ao Projeto Sivam?

b) qual o alcance real desse programa, o respectivo orçamento, e o órgão responsável por sua execução?

c) como conciliar esse programa, e a aplicação dos respectivos recursos, com a amplitude do Projeto Sivam?

#### Justificação

As informações, a que se refere este requerimento, são solicitadas em razão da notícia publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 18 de julho corrente, sob estes títulos:

"**Vigilância – Polícia Federal não quer depender de militares: governo estuda compra de equipamentos por US\$ 240 mil.**

**PF desenvolve projeto paralelo ao Sivam".**

E o contexto da notícia, além de informar que, "segundo o ministro(da Justiça)", o sistema de "fechamento" da Amazônia pelo ar é "independente do Sivam", acentua, entre outros dados:

"**O governo desenvolve projeto paralelo ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).**

**A Folha** apurou que o governo estuda a compra de equipamentos de controle do espaço aéreo de fabricação canadense que pode incluir um radar.

Os equipamentos constam do projeto Pró-Amazônia, orçado em US\$ 248,65 milhões".

Assim, as informações são necessárias ao bom esclarecimento da matéria.

Sala das Sessões, 29 de julho de 1996. – **Josaphat Marinho**

(À Mesa para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

A Presidência lembra que haverá sessão não-deliberativa amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h25min.)

**ATA DA 20ª SESSÃO DELIBERATIVA  
EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA  
EM 23 DE JULHO DE 1996**

(Publicada no Diário do Senado Federal  
de 24 de julho de 1996.)

**RETIFICAÇÃO**

Na página 13093, 1ª coluna, no despacho do Pro-  
jeto de Lei do Senado nº 165, de 1996 – Complementar.

**Onde se lê:**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cida-  
dania.)

**Leia-se:**

(As Comissões de Assuntos Econômicos e de  
Constituição, Justiça e Cidadania.)

**MESA**  
**Presidente**  
José Samey – PMDB – AP  
  
**1º Vice-Presidente**  
Teotonio Villela Filho – PSDB – AL  
  
**2º Vice-Presidente**  
Júlio Campos – PFL – MT  
  
**1º Secretário**  
Odaci Soares – PFL – RO  
  
**2º Secretário**  
Renan Calheiros – PMDB – AL  
  
**3º Secretário**  
Levy Dias – PPB – MS  
  
**4º Secretário**  
Emanoel Amorim – PMDB – RO  
  
**Suplentes de Secretário**  
Antônio Carlos Valadares – PSB – SE  
Eduardo Suplicy – PT – SP  
Ney Suassuna – PMDB – PB  
Emilia Fernandes – PTB – RS  
  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**Corregedor**  
(Eleito em 16-3-95)  
Romeu Tuma – PSL – SP  
  
**Corregedores – Substitutos**  
(Eleitos em 16-3-95)  
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  
2º Senador Joel de Holland – PFL – PE  
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE  
  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Designação: 16 e 23-11-95)  
Nabor Júnior – PMDB – AC  
Waldeck Omellas – PFL – BA  
Emilia Fernandes – PTB – RS  
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  
Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
**Líder**  
Elio Alvares – PFL – ES  
  
**Vice-Líderes**  
José Roberto Aruá – PSDB – DF  
Wilson Kleinübing – PFL – SC  
Ramez Tebet – PMDB – MS  
  
**LIDERANÇA DO PMDB**  
**Líder**  
Jáder Barbalho  
  
**Vice-Líderes**  
Ronaldo Cunha Lima  
Nabor Júnior  
Gerson Camata  
Carlos Bezerra  
Ney Suassuna  
Gilvam Borges  
Fernando Bezerra  
Gilberto Miranda  
  
**LIDERANÇA DO PFL**  
**Líder**  
Hugo Napoleão  
**Vice-Líderes**  
Edison Lobão  
Francelino Pereira  
Joel de Holland  
Romero Jucá  
  
**LIDERANÇA DO PSDB**  
**Líder**  
Sérgio Machado  
**Vice-Líderes**  
Geraldo Melo  
José Ignácio Ferreira  
Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**  
**Líder**  
Epitácio Cafeteira  
  
**Vice-Líder**  
Esperidião Amin  
  
**LIDERANÇA DO PT**  
**Líder**  
José Eduardo Dutra  
  
**Vice-Líder**  
Benedita da Silva  
  
**LIDERANÇA DO PTB**  
**Líder**  
Valmir Campelo  
  
**Vice-Líder**  
  
**LIDERANÇA DO PDT**  
**Líder**  
Júlia Marise  
  
**Vice-Líder**  
Sebastião Rocha  
  
**LIDERANÇA DO PSB**  
**Líder**  
Ademir Andrade  
  
**LIDERANÇA DO PPS**  
**Líder**  
Roberto Freire  
  
**LIDERANÇA DO PSL**  
**Líder**  
Romeu Tuma

**COMISSÃO REPRESENTATIVA  
DO CONGRESSO NACIONAL**  
**(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)**

**SENADO FEDERAL**

**Titulares**

**PMDB**

1. Renan Calheiros
2. Ermândes Amorim

**PFL**

1. Antônio Carlos Magalhães
2. Odacir Soares

**PSDB**

1. José Roberto Arruda

PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS

1. José Eduardo Dutra
2. Epitácio Cafeteira

**Suplentes**

1. Ney Suassuna
2. Nabor Júnior

1. Júlio Campos
2. Hugo Napoleão

1. Sérgio Machado

1. (vago)
2. (vago)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Titulares**

**PFL/PTB**

1. Álvaro Gaudêncio Neto
2. Carlos Magno
3. Hugo Rodrigues da Cunha
4. Pedrinho Abrão

PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN

1. Eliseu Padilha
2. Fernando Diniz
3. Geddel Vieira Lima

**PPB/PL**

1. Jofran Freitas
2. José Rezende
3. Mário Reinaldo Moreira

**PSDB**

1. Antônio Aureliano
2. Antônio Carlos Pancurzio
3. Marconi Perillo

**PT**

1. Chico Vigilante
2. Pedro Wilson

**PDT**

1. Severiano Alves

**Suplentes**

1. Paulo Gouveia
2. Paes Landim
3. Philemon Rodrigues
4. Ursicino Queiroz

1. Eudoro Pedrossa
2. Hélio Rosas
3. Lídia Quinza

1. Benedito Domingos
2. Valdemar Costa Neto
3. Wigberto Tartuca

1. Aécio Neves
2. Arnaldo Madeira
3. Ubiratan Aguiar

1. Gilney Viana
2. Maria Laura

1. Eurípedes Miranda

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19.4.95)

**Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC**

**Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE**  
(Eleitos em 28.2.96)

**Titulares**

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

**PFL**

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

**PTB**

1. Emilia Fernandes

**PT**

1. Marina Silva

**PDT**

1. Darcy Ribeiro

**Suplentes**

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácia Ferreira

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Artindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA \*2

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2-VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
	1-NABOR JUNIOR
	2-ONOFRE QUINAN
	3-JOSÉ FOGAÇA
	4-FERNANDO BEZERRA
	5-VAGO
	6-RAMEZ TEBET
	7-VAGO
	8-VAGO
	9-VAGO
<b>PFL</b>	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
	1-GUILHERME PALMEIRA
	2-JOSÉ BIANCO
	3-ELCIO ALVARES
	4-FREITAS NETO
	5-JOEL DE HOLLANDA
	6-JOSÉ AGRIPINO
	7-BERNARDO CABRAL
	8-VAGO
<b>PSDB</b>	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
	1-ARTUR DA TÁVOLA
	2-GERALDO MELO
	3-JEFFERSON PERES
	4-LÚDIO COELHO
	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA
<b>PPB</b>	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
	1-EPITÁCIO CAFETERIA
	2-ESPERIDIÃO AMIN
<b>PT</b>	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
	2-VAGO
<b>PTB</b>	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
	1-EMÍLIA FERNANDES
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
	1-JUNIA MARISE
<b>PSB</b>	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-VAGO

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO

**PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

**PSDB**

JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

**PPB**

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

**PT**

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

**PSB**

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

**PPS / PSL**

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311-4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PFL</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente  
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
<b>PFL</b>	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
<b>PSDB</b>	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
<b>PT</b>	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
<b>PTB</b>	
JOSE EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
<b>PSB / PPS</b>	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

**OBS:** De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGripino Maia  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

**PFL**

HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGripino	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

**PSDB**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

**PPB**

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
------------------	--------------	------------------	--------------

**PDT**

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

**PT**

JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

**PSB**

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

**PPS / PSL**

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

**OBS:** De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
 FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22

**PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

**PSDB**

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53

**PPB**

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
--------------------	------------	------------------	------------

**PT**

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
-------------------	------------	----------------	------------

**PTB**

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------	------------	------------------	------------

**PDT**

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
-----------------	------------	-----------------	------------

**PSB / PPS**

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	----------------------	------------

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

**Presidente:** Deputado PAULO BORNHAUSEN

**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER

**Secretário-Geral:** Senador LÚDIO COELHO

**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner	Marluce Pinto Roberto Requillo
PFL	
Vilson Kleinburg Romero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
PPB	
Espedito Amin	
PTB	
Emilia Fernandes	

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96.

Osmar Dias<sup>2</sup>

PP

PT

Benedita da Silva  
Eduardo Suplicy  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
Franco Montoro	Yeda Crusius
Fetter Júnior <sup>3</sup>	João Pizzolatti
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi
	PT

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**  
nº 127 - julho/setembro - 1995

Leda neste número:

- Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho  
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnoldo Wald  
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Álvaro Lazzarini  
A Constituição e a educação brasileira - Edvaldo M. Boaventura  
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Saraiva  
Direito à moradia - Sérgio Sárvulo da Cunha  
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nobre Júnior  
Apropriação indébita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias  
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho  
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizeu Gil  
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki  
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne  
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado  
Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Joabiane Rose Petry Veronese  
Contratação direta; dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes  
Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fábio Maria de Mattia  
Neoliberalismo e desadministrativização - Gladston Mamede  
Prestação de contas - instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes  
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira  
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati  
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares  
Invalidação "ex officio" dos atos administrativos pelo juiz - José Américo A. Costa  
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior  
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha  
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos-Nicarágua - Fredy Orlando Soto  
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luís Afonso Heck  
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Sílvio Meira  
A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves  
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitá

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA**

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

## **Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**nº 126 · abril/junho - 1995**

### **Leia neste número:**

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Pùblico do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravio de instrumento – Demócrata Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvértidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n<sup>o</sup>, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimização do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

---

### **ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA**

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

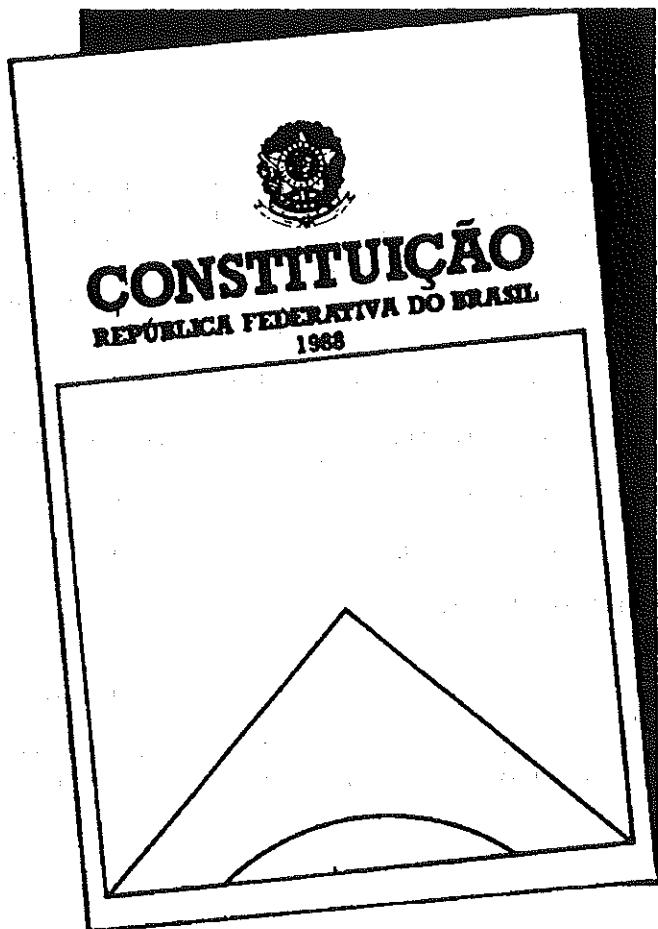
**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**COMPACT DISK  
CD/ROM**

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
  - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
  - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
  - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
  - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
  - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00  
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS  
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

---

**Os pedidos à**

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

**Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589**

**Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357**

**Central de venda direta ao usuário:**

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à  
esquerda)**

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento  
pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil  
– Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de  
Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**